

Semântica, empirismo e filosofia

Semantics, empiricism and philosophy

Lucas Ribeiro Vollet *

recebido: 03/2012
aprovado: 05/2013

Resumo

Esse artigo desenvolve nos dois primeiros capítulos uma avaliação das semelhanças entre, por um lado, as repercussões filosóficas da semântica formal, entendida como uma teoria puramente semântica da verdade; e, por outro, os pressupostos do empirismo, entendido como uma posição epistemológica que afirma a primariedade da contribuição dos dados dos sentidos na composição do conhecimento. O empirismo será exposto como um pronunciamento filosófico intermediário entre a epistemologia e a semântica, baseando-se no fato de que a concepção epistemológica a que ele remete tem traços que prenunciam um parentesco com a semântica. Os traços heterogêneos dessa concepção são, a saber, os envolvidos na ideia de que o conhecimento não depende do conteúdo da relação de preenchimento cognitivo, mas unicamente da forma dessa relação. Coerentemente, a concepção semântica da filosofia será exposta como uma radicalização da linha empirista, como o preço por levá-la às últimas consequências. Uma vez esboçados esses traços, o artigo tentará extrair conclusões sobre a natureza da semântica do ponto de vista filosófico, discutindo a partir daí a reivindicação dessa disciplina como substituta filosófica da metafísica e da epistemologia. Nossa conclusão será que, uma vez que a semântica subentende e radicaliza os pressupostos empiristas, semelhante disciplina apenas pode fazer um pronunciamento filosófico de peso como uma repetição da fórmula pré-crítica que polariza as perspectivas filosóficas em dogmáticas e céticas. O final do artigo procurará apresentar esse diagnóstico diante de um confronto com a fenomenologia. Palavras-chave: semântica formal, empirismo, filosofia, ceticismo, dogmatismo, fenomenologia.

Mestre em Filosofia pela UFSC. Doutorando em Lógica e Epistemologia na Universidade Federal de Santa Catarina. m@il: luvollet@gmail.com

Problemata: R. Intern. Fil. Vol. 04. No. 01. (2013), p. 163-188
ISSN 1516-9219. DOI: 10.7443/problemata.v4i1.15705

Abstract

The two first chapters of this article develop an evaluation of the similarities between, on one hand, the philosophical implications of formal semantics, understood as a purely semantic theory of truth, and on the other, the assumptions of empiricism, understood as an epistemological position affirming the primary contribution of sense-data in the composition of knowledge. Empiricism will be exposed as an intermediary philosophical statement between epistemology and semantics, where the epistemological conception of empiricism is not entirely epistemological, but also foreshadows the semantic conception. This conception is, namely, that knowledge does not depend on the content of cognitive fulfilling relationship, but strictly on the form of this relationship. Accordingly, the semantic conception of philosophy will be exposed as a radicalization of the tradition of empiricism. Once these traits are outlined, the article will attempt to draw conclusions about the nature of semantics from the philosophical point of view, thus proposing the discussion of the reassignment of this discipline as a philosophical substitute of metaphysics and epistemology. Since the semantic point of view assumes and radicalizes the empirical point of view, this article will conclude that the only way for semantics to position itself philosophically is by repeating a previous and pre-critical error: or succumb to dogmatism or skepticism.

Keywords: formal semantics, empiricism, philosophy, skepticism, dogmatism, phenomenology.

1. Sobre a neutralidade metafísica e epistemológica da semântica formal de Tarski

Definir a verdade em termos semântico-formais não parece à primeira vista nenhum mérito filosófico, principalmente se lembrarmos que o projeto de Tarski tinha o modesto objetivo de resgatar o valor de uma noção antiga pelo seu caráter trivial, originalmente atribuída a Aristóteles: a de que dizer de uma coisa que é, que ela é; e de uma coisa que não é, que ela não é, é verdadeiro¹. O critério de adequação material de Tarski é uma paráfrase, selecionada

para seus propósitos, dessa noção e já anuncia a linha que se deve seguir para definir a verdade, a saber, a ênfase na sintaxe da linguagem.

Ele propõe como condição de adequação material que qualquer definição aceitável de verdade deva ter como consequência todas as instâncias do esquema (T): S é verdadeira sse p, onde p pode ser substituído por qualquer sentença da linguagem para o qual a verdade está sendo definida e S deve ser substituído pelo nome da sentença que substitui 'p'. (HAACK 2002: p. 144)

Com a observação desse critério, de saída se protege a definição de verdade de qualquer tentativa de instanciá-la com sentenças cuja estrutura seja sintaticamente enganosa. Por exemplo, a sentença “Rei da França é careca”, famosa nos trabalhos de Bertrand Russel, desde que não é verdadeira nem falsa, não pode instanciar o esquema (T). A rigor, as linguagens providas de sinônimos extralógicos, como “solteiro” e “homem que não casou” tão pouco se conformam a esse esquema, portanto, não se conformam a ele toda a maior parte das linguagens naturais – tal como as conhecemos². Do ponto de vista da verdade e de suas articulações, é importante se adequar a esse esquema, pois essa é a primeira condição para definir a verdade posteriormente sem o auxílio de noções semânticas primitivas extraídas da gramática ou da metafísica, atinando apenas para a sintaxe da linguagem em que ela deve ser definida.

A segunda condição de Taski é estender essa exigência, satisfeita de maneira parcial pelo esquema (T), até todas as sentenças de uma dada linguagem, o que é atendido definindo a verdade recursivamente. Não fará parte deste artigo a remontagem de todo o trajeto de Tarski na sua definição recursiva, mas apenas notar que ela universaliza a definição parcial dada pelo esquema T, e dissemina a

exigência de uma estrutura sintática não enganosa, presente nas pressuposições de Russel e do primeiro Wittgenstein, a estendendo como condição para uma definição de verdade. O suplemento filosófico presente na definição recursiva é determinar que antes de procurar o comprometimento epistemológico ou a expressão metafísica envolvida na formulação aristotélica, Tarski olha apenas para as conseqüências formais – para uma linguagem – que estão implicadas na noção.

Dito em outras palavras, os filósofos interessados na “verdade” devem, consoantes a isso, desviar sua atenção para discussões sobre as características da linguagem em que a verdade pode ser definida: as características de sua estrutura e de como esta permite explorar os conceitos modais de possibilidade e necessidade, por exemplo. Outras coisas devem estar contempladas nessa estrutura, como o fato de que a verdade de um enunciado depende da falsidade de todos os enunciados que o contradizem, que a disjunção de dois enunciados verdadeiros depende da verdade de pelo menos um dos dois, e daí por diante, aliando-se com a noção de verofuncionalidade pertinente aos trabalhos de Russel e Wittgenstein. Se a linguagem em que a verdade é definida tem uma estrutura que condiz com a correção formal exigida por Tarski, é possível:

...ser construída na metalinguagem uma definição formalmente correta e materialmente adequada de sentença verdadeira apenas com o auxílio de expressões lógicas gerais, de expressões da própria linguagem, e de termos da morfologia da linguagem – mas sob a condição de que a metalinguagem seja de uma ordem mais alta que a linguagem que é objeto de investigação (TARSKI 2007: p. 147).

Assim, definir a verdade em termos semânticos formais depende de que se possa defini-la em termos recursivos, o que está condicionado a que a verdade de proposições

estruturalmente complexas remeta à verdade de proposições mais simples. Dissemos que essa condição corresponde às exigências enunciadas por Russel, o primeiro Wittgenstein, e acusamos sua presença na raiz dos projetos da filosofia analítica, responsável, ademais, pelo amadurecimento de certas tendências ramificadas pressupostas já na sua base: como as tendências positivistas-lógicas. É verdade, porém, que a manobra de Tarski chega ao mesmo destino por outros caminhos, através de outra abordagem e uma diferente representação de interesses. Portanto, esse autor e sua teoria semântica da verdade surge independentemente de um apoio ao atomismo lógico de Russel ou à visão sobre a essência da linguagem de Wittgenstein³.

O foco concentrado no caráter formal implicado na noção aristotélica dá uma nova dimensão à ideia de dependência correspondencial implícita na *teoria da correspondência* sobre a verdade, que comporta ao mesmo tempo uma reserva de vestígios metafísicos e epistemológicos. Se comprarmos o resgate de Tarski, ganhamos colateralmente a perspectiva de que por um lado a verdade é a propriedade de uma sentença que indica a sua dependência com as outras sentenças da linguagem, e que, por outro lado, esse caráter torna o predicado “verdadeiro” uma referência a conteúdo extra-linguístico nenhum, pois apenas indica um índice para reconhecer a contribuição de uma sentença no contexto de uma tabela de verdade, isto é, reconhecer como a verdade de outras sentenças dependem dela, e como a sua verdade depende da verdade de outras sentenças. No nível mais simples da tabela, a verdade depende do que foi prescrito pela metalinguagem em uma *distribuição de estados*⁴.

Além disso, e este é um dos motivos pelo qual tal teoria se tornou tão popular, a analiticidade pode ser definida no

interior dessa linguagem de maneira mais rigorosa do que por Kant. Para este autor, o analítico seria a propriedade dos juízos verdadeiros em virtude unicamente da análise dos conceitos que compõem esse juízo, o que significa duas coisas. 1) que a função classificatória do conceito predicado da sentença não distingue nada do que já não havia no conceito sujeito⁵. E 2) que a sua verdade é unicamente produto da identidade ou da não contradição⁶. Essas propriedades indicam que a verdade é obtida unicamente através dos conceitos. Tal definição só tem serventia em contraste com os juízos sintéticos, cuja verdade só pode ser obtida por meios de confirmação não conceitual, isto é, através de um enriquecimento intuitivo, que para Kant pode ser obtido *a posteriori* ou *a priori*. Não nos interessa aqui aprofundar a exposição de Kant senão até alcançar a nossa discussão. Ora, na semântica de Tarski é possível definir o ser analítico como uma propriedade de sentenças, devido unicamente a uma característica de sua forma, sem nenhuma consideração sobre conceitos e proposições, muito menos juízos, portanto, sem depender de uma linguagem que traduz os nossos conceitos, e assim, sem depender de características que apelem para algo além de sua forma. Tarski conserva a condição da não contradição sem um apelo à contenção conceitual e faz assim um passo a mais contra um possível mentalismo ainda contido na lógica, permitindo um considerável progresso no sentido da economia ontológica. A analiticidade não é mais a propriedade de uma operação mental e pode ser identificada simplesmente com o auxílio de uma tabela de verdade; o que polariza com mais precisão a diferença entre as sentenças que equivalem a juízos sintéticos e as que equivalem a juízos analíticos. Tal polarização depende da indispensável noção de forma.

Com tudo isso, o que se espera de uma linguagem semanticamente rigorosa é que possamos identificar o caráter

de nossas proposições e lances linguísticos relevantes para avaliar se são verdadeiras ou se são falsas, possibilitando, colateralmente, demarcar quais delas são analíticas, cuja verdade vale para todas as substituições de estado, o que, segundo Quine, “é uma adaptação do leibniziano ‘verdadeiro em todos os mundos possíveis’” (1980: p. 233). Esse caráter é justamente a *forma*. O conjunto de confusões em que uma linguagem pode cair se não satisfizer essa importante condição semântica é tão ampla que é difícil imaginar como abreviá-la em um traço comum que os congregue. A semântica de Tarski é abertamente projetada para eliminar paradoxos como os do mentiroso, e por vezes ela se confunde inteiramente com um desenho de solução para esse problema⁷. Mas não dizemos menos do que deveríamos lembrando que a projeção exclusiva contra essa característica obscurece a amplitude do alvo que sua teoria pode explorar. Pois em uma linguagem sem a possibilidade de satisfazer a noção de verdade em termos recursivos também não poderíamos ver com clareza como uma sentença depende de outra unicamente em virtude de sua forma, e por isso, por um lado muitas inferências ficariam obscurecidas, e por outro, muitas outras poderiam ser feitas falaciosamente, isto é, não formalmente. No geral, como causa dessas inviabilidades acima, parece que um problema mais trivial se abate sobre esse exemplo de linguagem: nela o valor de verdade não pode servir para os propósitos a que normalmente aplicamos esse termo, a saber, para distinguir a falsidade, e obter novas verdades. Assim, para falar de modo geral e numa apresentação mais ampla, a semântica de Tarski é uma maneira de definir a verdade de modo a evitar não apenas o paradoxo do mentiroso ou o de Russel, mas de modo a evitar qualquer concepção de verdade capaz de desvirtuar o sentido da aplicação desse termo.

Outra coisa que aprendemos a recusar sistematicamente

através da semântica formal é que o conteúdo de uma doutrina particular possa servir de fundamento para definir a “verdade”. Para a verdade de uma sentença não é importante a verificação de pormenores e detalhes do conteúdo, mas unicamente que se possa distingui-la de todas as afirmações falsas nitidamente, isto é, que seja uma instância do pré-mencionado esquema “T”: “p” é verdadeira se e somente se p – universalizada de maneira recursiva para cada proposição da linguagem. A expressão da conexão entre uma verdade e outra, por isso, tem de estar contida na forma, não no conteúdo regional – de outro modo, poderíamos ter de encarar uma conseqüência falsa no futuro, pois estaríamos presos a uma “validade” que se funda na ausência regional de conseqüências falsas, e a verdade de uma afirmação não garantiria a falsidade de todas as afirmações contraditórias a ela; o que vai contra não apenas o que Tarski entende por “verdadeiro”, mas o que qualquer debatedor ocasional que usa essa palavra exige dela, isto é, que uma vez ela aplicada a uma sentença, não pode ser aplicada a sua contraditória.

Ora, no início falávamos que o valor da semântica de Tarski estava quase apenas no resgate de uma noção trivial de Aristóteles. Contudo, o aspecto trivial dessa noção tem de ser cuidadosamente garimpado, pois a mesma foi apropriada por outros filósofos e tradições que passaram a dialogar com as noções de correspondência de maneira sistemática. antes de Tarski. Pode-se dizer que semelhante concepção responde pela influência de uma perspectiva metafísica sobre a verdade, a saber, que a verdade é a correspondência com a realidade. Com algumas modificações, essa visão passou também para os teóricos que discutiram as teorias da representação e da cognição, interessados nos processos mediante os quais a mente alcança seus objetos. No segundo caso a ideia de correspondência como centro da relação de doação de verdade é pressuposta, mas discutida nos termos

da fidelidade da representação para retratar a realidade, colocando em disputa, por exemplo, o papel de cada faculdade mental na administração geral dessas contribuições. Apesar da ideia de representação ser discutida como centro da filosofia apenas no início da modernidade, com Descartes, Locke e Hume, já em Platão existem discussões para pôr em questão a contribuição dos sentidos e os da razão no papel de acessar a realidade. Nesse caso, realidade contrasta com ilusão, e a correspondência com a realidade é equivalente a uma representação não ilusória. Esse sentido de ilusão, isto é, de engano ontológico, insere em nossa perspectiva como um metafísico trabalha com a noção de verdade: é a propriedade das proposições assertóricas não ilusórias.

Naturalmente, todas as chamadas relações *verofuncionais*, e a própria ideia de *analiticidade* seriam prejudicadas pela presença da ilusão, de modo que a perspectiva metafísica pode ser vista como um desenho preliminar e primitivo da perspectiva semântica. No entanto, são tudo menos triviais, e se Tarski tinha o objetivo de resgatar a trivialidade da concepção Aristotélica, a execução de seu objetivo deve ser complementar a uma recusa da teoria metafísica. Todas essas maneiras metafísicas de falar em ilusões são convertidas, na visão semântica, a somente isso: não é possível definir a verdade rigorosamente no interior da estrutura sintática da linguagem influenciada por essa perspectiva, pois não haveria uma *forma geral* para explorar de maneira simples a relação lógica entre os dois lados. Nesse esboço grosseiro captamos um apanhado bastante geral para caracterizar a posição da semântica formal relativamente à noção metafísica de verdade como correspondência – que, de certa forma é transmitida à epistemológica pela noção de verdade justificada, ou fundamentada em uma experiência. Quando se diz

semanticamente, portanto, que a verdade é a correspondência entre uma proposição e a “realidade”, isto é apenas a expressão metafísica ultrapassada de uma noção trivial: da necessidade de que a verdade seja exposta em uma linguagem regimentada, onde a sua estrutura corresponda a uma forma lógica. Tarski traduz essa necessidade sem apelos metafísicos e abre as portas para substituir essa expressão ultrapassada. Para se ter uma linguagem onde a *analiticidade* e a *vero-funcionalidade* funcionem, basta que a verdade possa ser definida de maneira recursiva no seu interior. E isso traduz, sem os compromissos metafísicos originais, a ideia de que um conjunto de proposições tem de remeter a uma ontologia correspondente, uma realidade, para ser formalizada. Assim, a teoria da correspondência com a realidade é diluída na semântica formal, conservando os seus aspectos proveitosos e rejeitando voluntariamente o âmbito de problemas mais confusos sobre a realidade e a ilusão. Como resultado, a própria ideia de “correspondência” não precisa mais entrar na definição de verdade.

Tudo indica, até aqui, que para regimentar logicamente uma linguagem é preciso avaliá-la segundo uma semântica formal. De acordo com o que vimos acima, a estrutura formal de proposições sintaticamente bem formadas de um corpo conceitual é imprescindível para substituir as noções modais de possibilidade; colateralmente com as noções de necessidade e impossibilidade. Todas são convertidas, semanticamente, a diferentes formas de aplicação do predicado “verdade”, que podem ser definidas recursivamente no interior de uma linguagem. Além disso, ela suprime as repercussões metafísicas dessas noções modais, e, como veremos, supera as concepções em que a verdade ainda sofre do paradigma metafísico – como a noção epistemológica de fundamentação na experiência.

2. As raízes da semântica formal no empirismo

A semântica de Tarski recusa qualquer compromisso ontológico, epistemológico e metafísico. Sua noção de verdade de certa forma explica a noção de *forma* sem apelos a uma realidade a que correspondem as proposições. Podemos adicionar agora: não recorre também à ideia de fundamentação na experiência, que é a adaptação da teoria correspondencial metafísica à epistemologia. Tarski realiza essa tarefa servindo-se unicamente da definição recursiva de verdade. Esse não é um resultado lateral da semântica formal, mas talvez o seu núcleo e sua relevância filosófica mais abrangente. Pois a semântica pretende aproveitar dos benefícios da neutralidade metafísica-epistemológica, a fim de que a ideia de *confirmação*, tão controversa na metafísica e na epistemologia, seja identificada a de um mero ajustamento com um sistema de referência; um ajuste, note-se bem, e não uma fundamentação experimental ou uma correspondência com a realidade. Talvez melhor: a semântica formal bane a noção de confirmação e todas as sugestões controversas nela contida, como a de “recheio”, “preenchimento”, “intuição fundante”, “correspondência”, “intencionalidade”, etc. Nesse capítulo defenderemos que essa identificação é a expressão sólida de uma tendência empirista, pois essa ideia anti-metafísica e, por assim dizer, pós-epistemológica, nasce, antes, de um preconceito (de origem epistemológica) que subsiste na raiz do ceticismo empirista.

Introduziremos o empirismo segundo traços gerais que correspondam ao aspecto relevante dessa doutrina para a discussão aqui encetada. Dentro de uma abordagem da aplicação dessa doutrina a uma interpretação da ideia de verdade, o empirismo pode ser apresentado, aplacando por

hora apenas a necessidade de uma exposição breve, como uma abordagem que defende a preeminência da sensibilidade como a fonte privilegiada dos fundamentos correlacionais usados para fundamentar representações mentais, isto é, para prover experiências. A terminologia das representações invoca a conformação a uma linguagem psicologista. A ideia de fundamentação, por sua vez, invoca uma necessidade epistemológica, que traduz nos termos de uma necessidade experimental aquela exigência de correspondência com a realidade, que era propaganda inicial da metafísica. Por experiência entende-se a ocorrência psicológica característica da fundamentação epistemológica. Como por *experiência* se entende nessa abordagem psicológica o equivalente ao fenômeno de correspondência que, na metafísica, devia ser buscado na *realidade*, ela pode ser chamada de lance epistemológico de tentativa de definição da *verdade*. A verdade aqui é a correspondência da representação com a experiência. Dito de outra forma, a experiência preenche objetivamente, dá fundamentação, à representação mental. De maneira que, assim, toda representação mental objetiva tem de ser uma experiência ou ser fundada por uma experiência. Essa concepção coincide com a de John Locke e David Hume, estando presente desde o empirismo clássico e tornando-se um verdadeiro lema e pressuposto do empirismo britânico de Bertrand Russell e o positivismo lógico de Moritz Schlick e Rudolf Carnap.

Queremos discutir aqui as características da noção empirista de experiência para o debate acerca da verdade. Em termos gerais, a experiência permite explicitar a verdade de um enunciado como um evento de preenchimento, confirmação, que doa a validade da associação da representação com o representado pressuposta em todo enunciado. A possibilidade da experiência tem sido a pedra de toque e o apelo último de muitas teorias epistemológicas,

e não apenas o empirismo. A filosofia transcendental de Kant está toda fundada no fenômeno subjetivo que condiciona intuitivamente a experiência possível, e a fenomenologia de Edmund Husserl depende da intencionalidade, isto é, dos fenômenos intencionais que garantem a associação da representação com uma fonte de preenchimento regional unívoca. O que destaca o empirista, entretanto, é a sua identificação da *experiência* com o *fundamento sensível*, uma fonte de representação primária e elementar do ponto de vista psicológico. Esse recurso à primariedade psicológica das sensações permite ao empirista basear sua concepção epistemológica em uma teoria de psicologia, e ficar livre de conceitos como intencionalidade (Husserl) ou unidade transcendental da apercepção (Kant), responsáveis por elevar às vezes inconvenientemente a complexidade da teoria epistemológica dos últimos, até delinear parentescos com uma espécie de metafísica da experiência.

Dessa maneira começamos a ver o nascimento da concepção semântica nas raízes do empirismo. Essa manobra permite que a concepção empirista de fundação e preenchimento não dependa mais de um conteúdo. Ele não depende mais do conteúdo da experiência, pois a psicologia dos dados primários pode ser descrita, não por uma leitura intuitiva, particular, privada, mas por uma linguagem: a dos dados psicológicos primários, que já é uma interpretação teórica da experiência. A experiência é desse modo dissolvida na linguagem. Do ponto de vista fenomenológico isso seria um absurdo, pois, segundo Husserl, a carga intuitiva da experiência não pode ser teoricamente postulada: “o ver não pode demonstrar-se; o cego que quer tornar-se vidente não o consegue mediante demonstrações científicas” (HUSSERL 2008: p. 25). O empirismo, no entanto, subverte essa noção, dando uma explicação natural-psicológica da experiência. Mais que isso, ele dá uma interpretação

lingüística da experiência, pois os dados primários não são senão os dados derivados de expressões atômicas da linguagem. Assim, é possível enfim ao empirista, em consequência da opção de enfatizar o fenômeno psicológico dos sentidos, dar uma explicação da relação de correspondência mediante um apelo à simples “forma” da correlação entre representação e representado. Mas se essa correlação tem apenas uma forma e nenhum conteúdo, não sugere mais nenhuma fundamentação entre os dois termos da relação. A tradução da experiência para a linguagem de dados psicológicos primários é, assim, uma eliminação da contribuição fundante da experiência, que assim torna-se apenas um índice de resposta psicológico para a ideia de satisfação formal. Mas uma experiência sem conteúdo, que não acrescenta uma contribuição intuitiva para aquele que a tem, não é, a rigor, experiência nenhuma do ponto de vista fenomenológico-subjetivo. Isto é, não pressupõe a ideia de sujeito ou intencionalidade, e o aspecto psicológico das sensações torna-se supérfluo uma vez que se dilui em uma linguagem de dados primários. O empirismo, portanto, é responsável pela substituição da ideia de fundação experimental pela de relação de significação lingüística⁸.

A validade, para o empirista lógico, tampouco depende de uma correspondência com a realidade: pois desde que o valor confirmador ou verificador da experiência (considerada como dados sensíveis) é irrelevante, eles não podem chegar mais perto ou menos perto de alcançar um ponto de acesso neutro a todos os cientistas, a saber, uma realidade, nem do ponto de vista aproximado, nem integral. A validade, para o empirista coerente não depende ainda do valor de decisão do dado empírico: pois o empirista utiliza os dados de confirmação primários apenas enquanto esses servem aos seus propósitos internos, independente de seu valor para mostrar as fraquezas da teoria, isto é, sua força falseadora,

como diria Popper – de modo que o dado empírico, no empirismo, é uma moeda desvalorizada na política da negociação do crédito científico: em outras palavras, ele é usado de maneira ad hoc para se adaptar ao propósito interno de qualquer teoria. E a validade não depende tampouco de valor de cada dado para comparar teorias: pois o empirista lógico se serve apenas dos dados pré-selecionados como relevantes à sua demarcação anti-metafísica e é insensível aos fatos que confirmam, verificam, falseiam, ou comparam as teorias.

A tese desse artigo é confirmada pelo empirismo moderno, o empirismo ou positivismo lógico, que troca as noções psicológicas do empirismo clássico por noções lógicas e lingüísticas, e troca as discussões sobre a validade das representações mentais objetivas pela validade do conhecimento da ciência. No tocante à teoria da ciência, o empirista pode ser um realista ou um não realista.. É verdade que o empirismo clássico ainda mantinha traços realistas, e que os seus opositores muitas vezes se baseavam na impossibilidade do seu suposto realismo devido aos problemas derivados da indução. Mas, radicalizando esses mesmos traços, se percebe que um empirista lógico não está preocupado em definir a teoria experimentalmente válida como a que relata a realidade e nem como a que não relata a realidade, pois para ele os *dados primários* dos sentidos servem apenas para manter a sua validade interna. Sua posição ontológica a respeito da realidade ou da irrealidade tem pouca influência sobre sua posição epistemológica. Depois da manobra de identificar “experiência” com “dados primários”, o valor da experiência, para o empirista, é meramente acessório e provisório, muitas vezes baseado em probabilidades cegas: eles servem como recurso ad hoc para fechá-lo internamente nos limites da linguagem pré-concebida. A indução não é um problema real de validade se

a teoria não se compromete com objetos externos e os toma como mera *questão externa*⁹. Pode-se confirmar em Carnap que o que é relevante e o que é irrelevante internamente, isto é, o que é uma coisa e o que não é para a experiência, não depende de questões filosóficas.

A decisão de aceitar a linguagem das coisas, embora não seja em si mesma uma decisão de natureza cognitiva, será no entanto comumente influenciada pelo conhecimento teórico...(...). A eficiência, produtividade e simplicidade no uso da linguagem das coisas podem encontrar-se entre os fatores decisivos. Mas não se podem identificar essas questões com a do realismo. Não se trata de questões de sim e não, mas de questões de grau. (CARNAP, 1980, p. 116)

Vemos, com isso, que o princípio clássico do empirismo, a saber, que o evento de confirmação de um enunciado é a experiência entendida como dado psicológico primário, tem como consequência a própria dissolução da ideia de coisa na de linguagem usada para traduzir esses dados: “a aceitação de um novo tipo de entidades é representada na linguagem pela introdução de um sistema de referência de novas formas de expressões a serem usadas segundo um novo conjunto de regras” (CARNAP 1980: p 121). O problema da indução, usado por Popper¹⁰ e outros filósofos como objeção ao empirismo verificacionista e realista, torna-se inofensivo ao ser dissolvido em um problema de linguagem, isto é, relativo à produtividade e simplicidade da linguagem das coisas. Eventualmente uma linguagem pode ser considerada mais simples que outras, isto é, mais apta a produzir confirmações experimentais do que outras, mas isso não é uma diferença relativa à sua maior relevância realista, mas uma mera questão de grau. O problema do realismo é, assim, um pseudoproblema. Radicalizando os seus traços, como se vê, o empirista está sempre já com um pé na semântica e sua posição, enquanto

epistemólogo, já é um passo para decretar que os problemas a respeito da verdade não são os problemas da fundamentação experimental, mas meros problemas de tradução. É um passo para declarar a epistemologia como supérflua e invocar a linguagem como último socorro de uma filosofia em crise.

Insisto que o aproveitamento final do empirismo só é feito quando incorporado na semântica, e adiciono a seguinte razão: a postura epistemológica do empirista é, em si mesma, um enfraquecimento da epistemologia através do psicologismo; e esse enfraquecimento só ganha sentido total na versão semântica da ideia de validade e fundamentação, a saber, como mera adaptação neutra e isomórfica entre a linguagem e um domínio de referência. Essa versão dissolve as relações de preenchimento e fundamentação na de correspondência *simpliciter*, e com isso dá espaço para a troca da própria ideia de conhecimento – teoria da experiência objetiva – pela de semântica – teoria do significado.

Vimos assim que o empirismo é a raiz da concepção semântica. O que já não podemos ignorar, a essa altura, é que nesses sistemas de referência metalingüísticos a *fundamentação* dos juízos empíricos já foi fabricada formalmente, e ao invés de experiências, têm-se experiências fabricadas linguisticamente; imagens e simulacros de experiências, que são a base para o que chamamos, posteriormente, de significado: isso é a mera forma que codifica a relação entre representação e representado, instaurando uma espécie de enciclopédia científica, que é revisada de quando em quando por considerações de ordem prática. A caracterização epistemológica das proposições empíricas torna-se supérflua, pois a própria ideia de “fundamento” é supérflua quando não designa senão uma relação isomórfica entre os dados dos sentidos e a

linguagem. É supérflua, pois a relação mencionada não responde mais pelo título de fundação intuitiva, mas sim de satisfação formal, e a exploração científica dela está mais ligada às atividades de um lingüista ou um tradutor na composição metalingüística de um dicionário – ou na tradução de um texto de uma língua para outra – do que na de um epistemólogo na análise da validade do conhecimento científico.

3. Filosofia analítica contra fenomenologia: a semântica como repetição da fórmula pré-crítica e a volta da polarização entre dogmáticos e céticos como um exemplo do esquecimento do primado da questão ontológica

O que podemos concluir desse consórcio entre empirismo e semântica? Determinamos que o peso filosófico do pronunciamento da semântica formal se deve ao empirismo, pois nele inicia-se o amadurecimento de uma tese filosófica onde a verdade é definida independentemente de qualquer conteúdo particular, nem o conteúdo metafísico da realidade, nem o recheio experimental de uma instância regional que entretém experiências (um sujeito). Ora, pode-se dizer que a semântica formal, em toda sua competência, está limitada aos conceitos de interpretação, tradução, verdade, entre outros, cuja coordenação define o que chamamos de “significado” e circunscreve a “validade lingüística”, cobrindo toda a esfera das operações formais – independente de sua fundação em um conteúdo experimental – e das inferências possíveis. A matriz recursiva de que dispomos em uma linguagem condiciona as nossas formas de estruturar as dependências proposicionais, delimitando os canais de inferências, e de sentido. Essa perspectiva formal é o que queremos na linguagem, e ela só é possível com total

desembaraço e precisão em uma linguagem onde o predicado “verdade” possa ser definido de acordo com Tarski e todas as operações formais possam ser exploradas sem paradoxos. A discussão sobre a realidade e a ilusão, assim como sobre o conhecimento e a representação não objetiva, se adotarmos a visão semântica da verdade, torna-se uma discussão sobre a linguagem. Essa última traz um novo problema especial à filosofia. Não o da fundação experimental, que permitia interpretar o problema da verdade nos termos das condições da contribuição intuitiva; nem o da realidade, que permitia interpretá-lo em debate com o problema das ilusões; mas o da significação, que permite interpretá-lo nos termos das dificuldades de interpretação de domínios e, subsequentemente, dificuldades de tradução – isto é, a dificuldade em achar um padrão isomórfico de codificação entre os dois lados de uma relação de correspondência (dificuldade ligada ao problema da indução). Esse novo complexo de problemas é o mesmo determinado pelo empirismo em sua expressão mais radical.

Eminentemente, a concepção de Tarski permite driblar os compromissos metafísicos e epistemológicos embutidos com a teoria da correspondência, da coerência e da redundância, subsumindo seus melhores traços. Na semântica nada desses restos de tradição filosófica têm importância, pois essa disciplina se interessa tão-somente pela linguagem independentemente de sua perspectiva ontológica. Isto é, a linguagem entendida em um nível de correlação neutro, universalizado em termos de funções de verdade recursivamente, ampliando a fidelidade a um preconceito de origem cética e, apesar das aparências, de raiz ainda epistemológica: o empirismo (como vimos acima). É a esse respeito que se diz que a semântica não tem um comprometimento ontológico, metafísico e epistemológico. Isso é inteligente da parte do semântico, pois é realmente

difícil dar atenção ao âmbito ontológico, e aos problemas da regionalização do Ser, apenas linguisticamente: o que pode ser visto como uma das razões que pressionaram Wittgenstein a afirmar que as condições de possibilidade da linguagem não são dizíveis, e levaram Kant a afirmar que a subjetividade tinha um conteúdo meramente transcendental, mas não um conteúdo empírico¹¹.

Dito isso, porém, tal mostra, a nosso ver, antes as limitações que as vantagens da semântica para assumir os compromissos da filosofia primeira. Nesse sentido pode-se dizer que os semânticos rejeitariam ajustar suas prescrições ao espírito fenomenológico de Husserl, não por terem uma versão mais madura da filosofia, mas por terem às mãos uma degeneração da mesma em termos de uma compra do preconceito empirista. Essa degeneração se torna mais perigosa quando se vê que é apenas uma repetição da fórmula da polarização entre dogmatismo e ceticismo, e corresponde a cair justamente em uma postura pré-crítica. É essa sugestão que iremos explorar de agora em diante.

Ora, é particularmente natural que quando usamos uma linguagem bem, explorando todo o poder dedutivo de sua *forma*, isto é, todas as possibilidades de combinação deixadas por sua chave categorial primitiva, julgamos, então, que todas as suas correlações possam ser expressas através dela mesma, através de dicionários e regras gramaticais que são a expressão consagrada do poder e da antiguidade da língua, assim como de seus poderes formais implícitos. São casos em que a linguagem se basta, casos em que o indizível não tenta se pronunciar, para parafrasear o modo do primeiro Wittgenstein de abordar a questão. O mesmo pode-se dizer da ciência. Quando a sua presença é quase unanimemente aceita como o padrão dogmático de expressão para seu objeto particular, é natural que julguemos que ela possa ser ensinada sem uma consulta à realidade, à teoria do

conhecimento, e nem mesmo à experiência. É natural, em uma palavra, que não se apele a questões extrateóricas, e isso Carnap entendeu muito bem ao reduzir questões filosóficas a meras questões práticas sobre a produtividade e a simplicidade da linguagem. Tudo o que se quer aprender com essa ciência está concentrado em manuais. Como lembra Heidegger em uma passagem das famosas considerações preliminares de *Ser e Tempo*: “A elaboração do setor [de objetos daquela ciência] em suas estruturas fundamentais já foi, de certo modo, efetuada pela experiência e interpretação pré-científicas da região do ser que delimita o próprio ser dos objetos.” (2002: p. 35).

Esses são casos em que a linguagem se basta, e não é preciso metafísica e nem epistemologia, basta aprendê-la a partir dela mesma, assimilando sua sintaxe e sua semântica, sem criticá-la, nem pô-la em dúvida, nem questionar ou discutir seu grau de parentesco com uma suposta realidade. Mas essa é a forma dogmática da filosofia, que subsiste pacificamente enquanto a linguagem se comporta de modo inofensivo, isto é, não corre contra os seus próprios limites. Sempre que, em contrapartida, algo escapa do previsto, que a contradição e o paradoxo se aproximam, o ceticismo encosta às portas e voltamos ao dualismo de oposições clássicas que geraram, num passado não tão remoto, a necessidade de uma crítica da razão pura e uma filosofia transcendental. Ainda de acordo com Heidegger, nas passagens subseqüentes às anteriormente citadas: “O movimento próprio das ciências se desenrola através da revisão mais o menos radical e invisível para ela mesma dos conceitos fundamentais” (2002: p. 35). Nestes momentos de crise e movimentos, voltamos então a pensar em questões que estão fora dos manuais, questões que envolvem nosso apelo primitivo, por exemplo, à ideia de **realidade**, no nível mais ingênuo, isto é, o metafísico. Logo

chegamos aos níveis menos ingênuos: à epistemologia, e desta à crítica da razão e à fenomenologia é um passo.

Ora, mas pensar no nível dessa revisão das perspectivas do questionamento científico, isto é, no nível da interpretação da região científica na sua constituição ontológica fundamental, não é apenas repetir o exemplo da metafísica antiga. É também, e isso aprendemos com Wittgenstein, um esforço para forçar os limites da linguagem, para pensar fora da perspectiva semântica ordinária. E é nesse sentido que a reivindicação da semântica para pronunciar-se com um peso filosófico análogo ao da metafísica e da ontologia fica comprometida. A mera reivindicação desse peso trai os seus propósitos. A rigor, a semântica não deveria desejar esse peso. O seu verdadeiro sucesso está no resgate de uma noção trivial de verdade, sem conteúdo.

Conforme tudo o que vimos, o critério de Tarski apenas dá uma condição muito genérica da conexão entre a estrutura da linguagem e seu conteúdo. Essa falta de qualquer conteúdo específico na definição é inclusive o seu trunfo, o seu resgate da trivialidade perdida e escondida no critério aristotélico. Tal simplicidade é capturada pelo enunciado de um simples esquema recursivo de definição. A condição semântica cumpre esse resgate tão bem apenas porque é epistemológica e metafisicamente neutra, como se dispusesse *a posteriori* e dos dicionários que correlacionam os termos a seus significados metalinguisticamente, isto é, como se dispusesse dos horizontes de ser dogmaticamente. Desta forma, é indiferente às mudanças de perspectiva regionais ontológicas que porventura se impusessem no condicionamento da verdade. A adoção da semântica como investigação filosófica conduz à mesma bifurcação de perspectivas pré-kantianas que semearam a *Crítica da Razão Pura*: a abordagem dogmática, que pressupõe

dogmaticamente a relação formal dos dados primários e a estrutura da linguagem, cometendo o erro de pressupor o ser, ou tomá-lo por garantido. Com um leve desvio de perspectiva, a semântica cai na abordagem cética, que disputa a estabilidade do horizonte de ser pressuposto dogmaticamente, e entra em um relativismo onde tudo depende da linguagem. Das duas formas se perde a historicidade do ser, que fica encurralado neste conflito pré-crítico¹².

Em contrapartida, a fenomenologia resgata a perspectiva epistemológica que avalia o horizonte das diferentes estruturas de ganho intuitivo, e permite o nosso acesso a essa região de controle transcendental das crises e seleções regionais ontológicas, que constitui o movimento próprio do ser, a sua perspectiva inapelavelmente temporal, onde o acréscimo de conteúdo é relevante e não se pode simplesmente pressupor dogmaticamente a relação formal dos dados primários e a estrutura da linguagem¹³. Se pensarmos nos termos de uma nova violação da trégua de fachada entre fenomenologia e a filosofia analítica, esse artigo tem o mérito de reacender a chama da disputa acordando divergências “ideológicas” de raízes profundas: a origem da análise semântica já estaria pressuposta no modo de pensar empirista. A orientação filosófica analítica teria fundamentos em um modo de pensar radicalmente oposto à parte da tradição crítica que originou a fenomenologia.

Referências

- ARISTÓTELES. (2006) *Metafísica*. Bauru, SP: Edipro,
CARNAP, (1980) Rudolf. *Empirismo, Semântica e Ontologia*. São Paulo: Abril Cultural.
CARNAP, R. (1980). *Pseudoproblemas na Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural.

- FREGE, G., (1953) *The Foundation of Arithmetics*. Northwestern University Press, 1953.
- HAACK, S. (1998) *Filosofia das lógicas*. São Paulo, SP: Unesp
- HEIDEGGER, M. (1984). *A tese de Kant sobre o ser*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).
- HEIDEGGER, M. (2002). *Ser e Tempo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- HINTIKKA, M, HINTIKKA J. (1994) *Uma Investigação sobre Wittgenstein*. Campinas, SP: Papyrus.
- HUME, D. (1989) *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural.
- HUSSERL, E. (2006) *Idéias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica*. Aparecida – SP: Idéias e Letras.
- HUSSERL, E. (2008) *A Ideia da Fenomenologia*. São Paulo.
- KANT, I. (1996) *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural.
- POPPER, K. R. (1980) *A Lógica da Investigação Científica*. São Paulo: Abril Cultural.
- QUINE, W.V.O. (1980) *Dois Dogmas do Empirismo*. São Paulo: Abril Cultural.
- RUSSEL, B. (1978) *Lógica e Conhecimento*. São Paulo: Abril Cultural.
- TARSKI, A. (2007) *A concepção semântica da verdade*. São Paulo: UNESP.
- WITTGENSTEIN, L. (2001) *Tractatus Lógico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP.

Notas

- 1 Metafísica IV, 7.
- 2 Em *Dois Dogmas do Empirismo*, Quine chama atenção para o fato de que a verdade lógica pode ser reconstruída em termos de descrições de estado desde que a linguagem não contenha pares de sinônimos extralógicos, embora não a analiticidade. Ver QUINE 1980: p. 233. Esse famoso texto é redigido com propósitos diferentes dos nossos. Mas uma vez que pares de sinônimos extralógicos são análogos a expressões que não resistiriam a uma análise crítica da linguagem ao modo de Russel, o mesmo argumento poderia ser usado para dizer que a verdade, assim como a verdade lógica, só pode ser definida em uma linguagem sintaticamente depurada de expressões que não condizem com a forma lógica.
- 3 Para uma discussão mais exaustiva desse ponto ver Haack, Susan; *Filosofia das Lógicas*, o capítulo designado “teorias da verdade”.
- 4 Assim Quine, em *Dois Dogmas do Empirismo*, explica a noção carnapniana de descrições de estados: “Uma descrição de estado é uma atribuição exaustiva qualquer de valores de verdade aos enunciados atômicos ou não compostos da linguagem. (...) Um enunciado é então explicado como analítico quando resulta verdadeiro sob qualquer

descrição de estado” (QUINE 1980: p.233).

5 Ver CRP A 6-7/ B 10-11.

6 Ibidem.

7 Tarski diagnostica os paradoxos como um resultado da estrutura de certas linguagens, a saber, o fato de que elas possuem os recursos para referir-se a sua própria expressão e possam se utilizar do predicado verdadeiro e falso irrestritamente, isto é, sem restrições relativas ao nível hierárquico da linguagem, ou seja, sua condição como linguagem objeto ou meta-linguagem. Como reação, Tarski propõe uma hierarquia de linguagens. Assim, “uma vez que, nessa hierarquia de linguagens, a verdade para um determinado nível é sempre expressa por um predicado do nível seguinte, a sentença do Mentiroso pode apenas aparecer na forma inofensiva ‘ Esta sentença é falsa em O’, que deve ser ela própria uma sentença de M, e, portanto, não pode ser verdadeira-em-o, e é simplesmente falsa, e é simplesmente falsa, em vez de paradoxal. (HAACK 2002: p.195)

8 A diferença pode passar por alto para alguns justamente pelo sucesso do empirismo em convencer que ele é uma doutrina epistemológica como as outras, quando, de fato, como pretendo defender, está mais para uma sabotagem implícita da epistemologia, como um colaborador secreto de um projeto semântico. Mas a diferença existe. Um filósofo transcendental, ou um fenomenólogo, não poderiam permutar integralmente suas noções de fundação pela de significação, justamente pois por fundação não entendem a correspondência *simpliciter* dos dados dos sentidos, mas sim um fenômeno de preenchimento onde o conteúdo da relação é importante, tanto quanto a forma dessa associação. Por isso não podem simplesmente ilustrar a relação de fundação através da estrutura categorial da linguagem. Mesmo quando Kant oferece suas categorias, elas ainda dependem de noções mais primitivas de síntese, que remetem à noção transcendental de subjetividade e de conteúdo da experiência possível. E a fenomenologia de Husserl, por sua vez, depende da noção primitiva de intencionalidade, como o conteúdo do ato representacional primitivo. Somente o empirismo descarta a necessidade de um conteúdo da relação de fundação, isto é, ignora a regionalização (em um sujeito transcendental ou uma intencionalidade) do conteúdo da codificação representacional. Ao invés disso, a associa meramente a um ato sem conteúdo, um evento psicológico *simpliciter*. Como consequência, reinterpreta a relação codificadora puramente pela forma **geral** da associação regular entre um sistema de referência e a gramática. A própria experiência – neste sentido – não tem um conteúdo ou recheio, não enriquece ou empobrece o cofre intuitivo de quem a entretém, pois não passa de mero evento de satisfação entre dois pólos de uma relação pressuposta. Somente o empirista tem uma teoria da significação nos moldes da semântica formal, como a relação – completamente isenta de conteúdo – da linguagem com um sistema de referência. Enquanto Kant e Husserl dissolvem a teoria do significado em uma teoria fenomenalista e transcendental sobre o sujeito da experiência, o empirismo dissolve a teoria da experiência em uma teoria do significado que independe do

- sujeito – portanto, uma teoria do significado em sentido rigoroso e relevante para a semântica formal.
- 9 A radicalização desse passo empirista é formidavelmente exemplificada por Carnap em *Pseudoproblemas na Filosofia*: “Dois geógrafos, um realista e um idealista, que são enviados com o fim de verificar se uma montanha que se supõe existir em algum lugar na África é somente lendária ou realmente existe, chegarão ao mesmo resultado (positivo ou negativo). (...) Em todas as questões empíricas há unanimidade. Há desacordo entre os dois cientistas somente quando eles não falam mais como geógrafos, mas como filósofos...” (CARNAP 1980: p. 162)
 - 10 “A partir do trabalho de Hume deveria ter ficado claro que facilmente aparecem inconsistências ligadas ao princípio da indução. (...) Segundo minha própria concepção, as várias dificuldades da lógica indutiva, aqui esboçadas, são insuperáveis.” (POPPER, 1980, p. 5)
 - 11 Merrill Hintikka e Jaakko Hintikka já se pronunciaram sobre a coincidência deste aspecto da doutrina de Kant e o primeiro Wittgenstein: “A doutrina kantiana dos limites do nosso conhecimento e da incognoscibilidade das coisas em si mesmas, i.e., das coisas consideradas independentemente de nossos atos em busca do conhecimento e dos meios empregados, deveria, evidentemente, corresponder a uma doutrina dos limites da linguagem no sentido de uma doutrina da infabilidade das coisas independentemente de qualquer língua particular.” (1994: p. 24)
 - 12 “A tradição assim predominante tende a tornar tão pouco acessível o que ela “lega” que, na maioria das vezes e em primeira aproximação, o encobre e esconde. Entrega o que é legado à responsabilidade da evidência, obstruindo, assim, a passagem para as fontes originais, de onde as categorias e os conceitos tradicionais foram hauridos, em parte de maneira autêntica e legítima” (HEIDEGGER 2002: p. 50) Ver *Ser e Tempo*, p. 47, A tarefa de uma destruição da história da ontologia.
 - 13 Falamos aqui da fenomenologia já no sentido husserliano, mas como nos guiamos parafraseando a reflexão de Heidegger, é útil mostrar a nossa coerência com uma última citação desse autor: “A expressão ‘fenomenologia’ diz, antes de tudo, um conceito de método. Não caracteriza a quiddidade real dos objetos da investigação filosófica, mas o seu modo, como eles o são. Quanto maior a autenticidade de um conceito de método e quanto mais abrangentemente determinar o movimento dos princípios de uma ciência, tanto maior a originalidade em que ele se radica numa discussão com as coisas em si mesmas e tanto mais se afastará do que chamamos artificios técnicos, tão numerosos em discussões teóricas.” (HEIDEGGER 2002: p.57)